



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
RIO GRANDE DO NORTE

TRE - RN/SJ/CJID/Seção de Jurisprudência e Editoração					
Inclusão SJUR	10	10	105	Visto	JR
Publicação	SJE	12	105	04	pág. 36
Conferência	10	10	105	Visto	JR
Atuação					
Digitização	10	10	105	Visto	
Arquivamento					
Visto					em

RESOLUÇÃO Nº 001/2004 – TRE/RN

Altera a Resolução n.º 006/2003-TRE/RN, de 29 de abril de 2003, que dispõe sobre as eleições não oficiais do Programa Eleitor do Futuro/TRE-RN.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e considerando a Exposição de Motivos apresentada pelo Coordenador do Projeto Eleitor do Futuro,

RESOLVE:

Art. 1º Os artigos 1º, 2º, 4º, 5º, 7º, 9º e 11 da Resolução n.º 006/2003-TRE/RN, de 29 de abril de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica autorizada a realização de eleições não oficiais no Programa Eleitor do Futuro, a ser implantado a partir de 2004, com a participação de estudantes de 10 a 15 anos matriculados nas redes pública e particular de ensino do Estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. O Coordenador Geral do Programa Eleitor do Futuro será o Vice-Diretor da Escola Judiciária Eleitoral – EJE, órgão ao qual a ação estará vinculada.

Art 2º - As eleições não oficiais serão realizadas na mesma data e horário do pleito oficial, tanto no 1º turno, quanto no 2º turno, se for o caso, ou em outros a serem fixadas nos projetos respectivos.

...

Art. 4º - Os eleitores/estudantes votarão nos candidatos, registrados nas escolas para os cargos majoritário e proporcionais, não sendo, porém, computados os votos para o resultado das eleições oficiais.

Parágrafo único. Tornando-se impossível a realização do pleito previsto no *caput*, o Programa desenvolverá ações visando eleições de políticas públicas ou partidos de direitos, definidos em projeto específico.

Art. 5º - Os eleitores/estudantes serão previamente cadastrados nas escolas, das quais receberão título de eleitor simbólico com número de inscrição, que servirá de identificação do eleitor no ato de votar.

Art. 7º - A Secretaria de Informática providenciará, dependendo do tipo de eleição a ser realizado, a adequação do *software* colocado à disposição pelo Tribunal Superior Eleitoral, e da geração das mídias (art. 8º da Res. TSE nº19.877, de 17.06.97), ou outro sistema parametrizado.

Art. 9º - O Coordenador do Programa deverá constituir comissão que se encarregará dos atos preparatórios das eleições não oficiais, providenciando, inclusive, capacitação de multiplicadores, orientação dos eleitores/estudantes inscritos e mesários nomeados, sem prejuízo dos demais serviços necessários à consecução do projeto.

Art. 11 - Para a realização das eleições poderão ser firmados convênios com instituições públicas e privadas, entidades ou organismos de caráter governamental ou não governamental, nacionais ou internacionais, para a área da Infância e Juventude, com vistas à promoção de palestras, dando enfoque a temas como direitos políticos, cidadania, estado democrático de direito, abuso de poder econômico e político nas campanhas eleitorais, entre outros concernentes ao processo eleitoral."

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Natal, 11 de maio de 2004.


Desembargador RAFAEL GODEIRO SOBRINHO
Presidente

Desembargador CRISTÓVAM PRAXEDES
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral



Doutor WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR
Juiz Federal


Doutor IBANEZ MONTEIRO DA SILVA
Juiz de Direito

Doutor CÍCERO DE MACEDO JÚNIOR
Juiz de Direito


Doutor PAULO FRASSINETTI DE OLIVEIRA
Jurista

Doutor HERIBERTO ESCOLÁSTICO BEZERRA
Jurista


Doutor EDILSON ALVES DE FRANÇA
Procurador Regional Eleitoral